

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 109, DE 04 DE JULHO DE 2014.

Altera a Lei Municipal nº 3.831, de 27 de fevereiro de 2013, que revoga a Lei Municipal nº 2.138 de 06 de setembro de 2005 e suas alterações e institui e regulamenta o adicional de dedicação de tempo integral aos servidores públicos municipais, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL,
Estado do Rio Grande do Sul.

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

L E I

Art. 1º Fica reordenado o §1º do art. 1º da Lei 3.831, de 27 de fevereiro de 2013, que passa a vigorar como Parágrafo único.

Art. 2º Altera o art. 4º da Lei 3.831, de 27 de fevereiro de 2013, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 4º A prestação do serviço sob o regime de que trata esta Lei é incompatível com a percepção de adicional por horas extraordinárias.”

Art. 3º Fica revogado o art. 7º da Lei 3.831, de 27 de fevereiro de 2013.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da publicação.

Eldorado do Sul, 04 de julho de 2014.

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

FABIANA DA SILVA KRASCHEFSKI
Secretária de Administração

Publicada em ____/____/____

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS.

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos nobres Edis o Projeto de Lei Municipal nº 109, de 04 de julho de 2014, que ***“Altera a Lei Municipal nº 3.831, de 27 de fevereiro de 2013, que revoga a Lei Municipal nº 2.138 de 06 de setembro de 2005 e suas alterações e institui e regulamenta o adicional de dedicação de tempo integral aos servidores públicos municipais, e dá outras providências”***

O presente Projeto de Lei tem por objetivo estruturar o texto da Lei, de acordo com a Lei Complementar nº 95 de 1998, mais precisamente no inciso III do art. 10 e alínea “d” do inciso III pertencente ao art. 12, bem como revogar o art. 7º, cujo teor era igual ao art. 4º que inclusive já havia sido alterada através da Lei Municipal nº 4.091, de 27 de março de 2014, e que será objeto de nova alteração.

A nova alteração do art. 4º resta necessária, haja vista que o presente adicional de tempo integral não é incompatível com outro adicional de função, assim, a atual redação do referido artigo poderia dar interpretação diversa do que efetivamente se pretendia, pois a incompatibilidade é apenas com o adicional de horas extraordinárias.

Sendo assim, e contando com a costumeira apreciação dos Nobres Edis, aguardamos manifestação dessa Egrégia Câmara Legislativa, com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal